

ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E DE INDUÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE

*Amanda Rabelo**
(UFRRJ, Brasil)

*Charle Ferreira Paz***
(IFPI, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v7i12.626>

Resumo: o estudo sobre as políticas de formação de professores iniciantes apresenta-se como um campo de pesquisa bastante fértil em face das preocupações emergentes na sociedade contemporânea quanto às questões da complexidade do trabalho docente. O presente artigo tem como objetivo realizar um levantamento das pesquisas sobre as políticas de formação inicial de professores e de indução profissional docente na última década. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, do tipo estado da arte, realizada a partir de trabalhos disponibilizados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como em artigos registrados no Google Acadêmico. Os resultados evidenciam que os aspectos históricos, econômicos, e sociais influenciam na constituição do perfil profissional dos professores iniciantes, definindo o modelo a ser adotado, porém, esse modelo nem sempre atende às demandas sociais, dado os desafios que a realidade educacional apresenta, configurando-se, portanto, como um problema que causa desigualdades na formação e, por vezes, desistência da profissão.

Palavras-chave: Formação Inicial de Professores. Indução Profissional Docente. Professores Iniciantes. Políticas de Formação. Realidade Social.

* Doutora em Ciência da Educação pela Universidade de Aveiro (UA), Portugal. Atua como Professora Associada do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino do Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc). É bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ), pelo Programa Jovem Cientista do Nosso Estado. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6488-3138>, e-Mail: amandaorabelo@hotmail.com

** Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Mestre em educação pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Atua como docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1894-6438>, e-Mail: pazcharle4@gmail.com

STATE OF THE ART OF SCIENTIFIC PRODUCTION ON INITIAL TEACHER EDUCATION AND PROFESSIONAL TEACHER INDUCTION POLICIES

Abstract: the study of teacher training policies has presented itself as a field of research quite abundant in the face of emerging concerns in contemporary society, regarding the complexity of teaching work. The present article aims at surveying the research on policies for the initial teacher education and teacher induction in the last decade. The research is characterized as bibliographical, of the type of state of the art, carried out from works available at the CAPES Journal Portal of the *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES), as well as articles registered in the Google Scholar database. The results show that the historical, economic, and social aspects influence the constitution of the professional profile of beginning teachers, defining the model to be adopted, however, this model does not always meet the social demands, considering the challenges that the educational reality presents, configuring itself, therefore, as a problem that causes inequalities in education and, sometimes, abandonment of the profession.

Keywords: Initial Teacher Education. Beginning Teachers. Teacher Induction. Education Policies. Social Reality.

ESTADO DEL ARTE DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN POLÍTICAS DE FORMACIÓN INICIAL DOCENTE Y DE INDUCCIÓN DOCENTE PROFESIONAL

Resumen: el estudio de las políticas de formación de docentes principiantes se presenta como un campo de investigación muy fértil frente a las preocupaciones emergentes en la sociedad contemporánea en torno a las cuestiones de la complejidad del trabajo docente. Este artículo tiene como objetivo realizar un levantamiento de investigaciones sobre las políticas de formación inicial docente y de inducción profesional docente en la última década. La investigación se caracteriza por ser bibliográfica, del tipo estado del arte, realizada a partir de trabajos disponibles en el Portal de periódicos de la *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES), así como de artículos registrados en la base de datos Google Scholar. Los resultados muestran que los aspectos históricos, económicos y sociales influyen en la constitución del perfil profesional de los docentes principiantes, definiendo el modelo a adoptar, sin embargo, este modelo no siempre responde a las demandas sociales, dados los desafíos que presenta la realidad educativa, La configuración es, por tanto, un problema que provoca desigualdades en la formación y, en ocasiones, abandono de la profesión.

Palabras clave: Formación Inicial Docente. Inducción Profesional Docente. Maestros Principiantes. Políticas de Formación. Realidad Social.

Introdução

As políticas de formação inicial de professores e de indução profissional docente¹ frente aos desafios da constituição de um perfil profissional docente para atender às novas demandas sociais têm se destacado como uma das preocupações nas pesquisas

¹ O termo indução profissional docente tem sido mundialmente utilizado para se referir ao início da docência com ou sem apoio e/ou formação (RABELO; MONTEIRO, 2019).

educacionais nas últimas décadas, tendo repercussões práticas em políticas educacionais de vários países, porém ainda com representatividade prática problemática no Brasil, enquanto um país continental (Rabelo & Monteiro, 2019).

No Século XX o mundo sob o ideário neoliberal passou a ter suas relações de trabalho determinadas ainda mais pelo sistema mundial capitalista, em consonância com o modelo de reestruturação produtiva, afetando diretamente o modo de vida das pessoas e suas relações sociais, por conseguinte, dos professores.

Essas novas configurações do mundo do trabalho e das relações sociais ocorridas a partir do Século XX impuseram um novo olhar sobre a profissão docente, alterando o perfil social e profissional do professor, em face da complexidade da tarefa de ensinar, dado os novos desafios que esta realidade lhe impõe.

A cobrança por um novo perfil docente, para atender às novas demandas sociais, resultou em uma série de reformas educacionais que impulsionaram o desenvolvimento de projetos e programas que têm por objetivo desenvolver um profissional com “competências e habilidades” com o objetivo de responder aos dilemas sociais do cotidiano escolar, mas também criticadas por vezes por querer alienar os profissionais da educação (PIMENTA; LIMA, 2010).

No Brasil um marco propulsor dessas reformas foi à promulgação da Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que em seu artigo 62, vai exigir a formação em nível superior para atuar na educação básica. A partir da LDBEN/96 inicia-se no país um processo de normatizações, por meio de leis, decretos e portarias na tentativa de consolidação de um perfil nacional de formação docente que atenda às demandas do campo educacional, contudo, sem existirem consensos entre associações docentes e acadêmicas e outros setores da sociedade (por exemplo, os defensores da iniciativa privada).

Destacamos a necessidade de destaque dada à formação de professores iniciantes nas políticas educacionais, bem como, o esforço para formar os professores. Contudo, considerando os desafios atuais da sociedade da informação e do conhecimento, o que se coloca em questão em algumas pesquisas é refletir se esses modelos de formação atendem às novas demandas que os contextos sociais lhes impõem.

Discutir as políticas de formação de professores requer ir além dos dispositivos constitucionais que as regulam, é necessário analisar os contextos em que elas são produzidas, e de que forma os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, desses contextos influenciam o campo educacional.

Essa relação entre as políticas de formação e a realidade dos contextos sociais onde estas são implantadas é quase sempre uma relação conflituosa, indo muitas vezes, na contramão dos compromissos sociais de lutas da universidade com a formação de professores.

Em face do exposto acima, é importante questionar quais são as demandas atuais de formação de professores considerando a sociedade da informação e do conhecimento? As políticas de formação de professores estão em consonância com as novas demandas da sociedade? Qual o modelo prevalece nas políticas de formação de professores iniciantes? A quem atende esse modelo?

Portanto, neste artigo pretendemos refletir sobre as políticas de formação de professores iniciantes, considerando os desafios da realidade educacional, por meio do estado da arte de pesquisas produzidas no Brasil sobre o tema.

Metodologia

O estudo sobre as políticas de formação de professores iniciantes e seus dilemas na sociedade contemporânea tem ganhado relevância nos cenários de pesquisas em todo o país. Torna-se relevante delimitar o estado da arte de pesquisas nacionais, permitindo não apenas sintetizar o que já tem sido publicado, bem como, oportunizar novos estudos sobre o tema.

Para elaborar este estado da arte, optou-se por uma revisão sistemática de literatura, adotando como procedimento, o levantamento, de caráter exploratório e bibliográfico de artigos disponibilizados no banco de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Google Acadêmico com publicações entre os anos de 2011 e 2021.

Inicialmente realizamos uma busca os termos políticas de formação professores iniciantes, em segundo lugar professores iniciantes demandas sociais, e um terceiro termo profissionalização docente realidade educacional. Encontramos um total de 185 artigos com os termos pesquisados. Objetivando refinar ainda mais nosso levantamento, decidimos ler os resumos dos artigos encontrados nas buscas. Ao analisar os resumos observamos que dos artigos analisados 42 continham as palavras-chave que usamos nas pesquisas. Para uma melhor contribuição para nossa pesquisa, optamos por ler além dos resumos, as considerações finais buscando uma melhor compreensão dos trabalhos selecionados previamente.

Foi possível selecionar 14 artigos para a leitura total. A seguir apresentamos os artigos que encontramos nas buscas.

Pesquisas realizadas no portal de periódicos da CAPES e no Google Acadêmico

Nosso primeiro artigo analisado foi o artigo intitulado *“Continuidades e discontinuidades nas políticas de formação de professores e sua implicação na prática pedagógica”*, com autoria de Heloisa Salles Gentil e Maria de Oliveira Costa (2011), que tem por objetivo analisar as políticas de formação de professores no Brasil, identificando as continuidades e discontinuidades. As autoras afirmam que para tratar de políticas de formação de professores é preciso abordar questões referentes ao contexto social, político e econômico em que elas são elaboradas, planejadas e implementadas. Ressaltam que a sociedade capitalista pensa a educação como processo de adaptação às necessidades e às exigências do modo de produção. Nesse sentido, no que diz respeito as política de formação de professores, isso implica a aceitação a ideologia de que no modo capitalista não há outra saída para o mundo a não ser ajustar-se ao processo de globalização, por meio da desregulação do estado. As autoras afirmam que neoliberalismo afeta a constituição das políticas de formação de professores, pois contam com a participação de

organismos internacionais nas suas formulações, com forte alinhamento com os ideais capitalistas. Entre as políticas de formação de professores há um enfoque na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), de 1996, que deu destaque especial à formação de professores, e impulsionou a criação de programas e reformas para consolidação de uma política nacional de formação de professores em nível superior, como exemplo citam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), aprovadas no ano de 2002, o Programa Pro-Infantil, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2007. Para as autoras essas políticas articuladas entre si apesar de se apresentarem como projetos e programas propondo uma melhoria na qualidade da educação, visam atender demandas emergenciais, especialmente do mercado globalizado. Em suas conclusões criticam o fato de que os projetos e programas voltados para a formação de professores apresentam um caráter de superficialidade e aligeiramento, que tendem a desvincular-se de um projeto educacional mais amplo, e suas finalidades terminam em si mesmas.

Já o artigo *“Políticas de formação de professores no Brasil: caminhos do curso de pedagogia”*, de autoria de Romilda Teodora Ens e Fabiana Andréa Barbosa Vaz (2011), tem como objetivo analisar alguns aspectos das políticas educacionais, em diferentes momentos históricos sobre formação de professores no Brasil, no Curso de Pedagogia, com o intuito de suscitar o debate e a reflexão na busca de novos caminhos para essa formação. As autoras destacam que nos anos 90 no âmbito econômico o país estava envolto pelo contexto mundial, o qual exigia dos sistemas educacionais ajustes quanto às necessidades da nova ordem do capital. Nesse contexto, nota-se a presença de organismos internacionais na organização, assessoria e produção de documentos normativos para as definições dos processos de educacionais. A promulgação da Lei n. 9394/96 abriu espaços para debates no mundo acadêmico, trazendo mudanças inesperadas no tocante à formação docente. As autoras destacam o papel da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), não defesa de uma formação com qualidade e que atenda as reais necessidades no campo educacional. Salientam a visão da ANFOPE quanto a LDB/1996 atendendo a imposições mercadológicas neoliberais via Banco Mundial, trazendo novamente ao cenário nacional a formação de especialistas sob uma ótica fragmentada. Em suas conclusões questionam a fragmentação das políticas de formação de professores e se essa não seria uma forma de retroceder.

O artigo *“Políticas educacionais, regulação educativa e trabalho docente: representações sociais de professores iniciantes”*, de autoria de Romilda Teodora Ens, Maria Lourdes Gisi, Ana Maria Eyng e Sueli Pereira Donato (2013), tem por objetivo identificar as regulamentações educacionais presentes nas representações sociais de professores iniciantes. A pesquisa foi realizada em 14 escolas, com 42 professores iniciantes. Para as autoras o trabalho docente sofreu profundas mudanças efetivadas em decorrências das políticas educacionais neoliberais adotadas no país. Nesse contexto, a formação docente tem um perfil mais performático ao mesmo tempo em que almeja a qualidade social da educação, o que acarreta o desenvolvimento de um perfil profissional mais técnico. Os dados da pesquisa revelam que há contradições entre as políticas de formação docente e a realidade educacional, embora muitos programas e projetos tenham sido implantados para melhorar os processos de formação inicial de professores, os professores iniciantes ainda não se sentem preparados para as incertezas que seu contexto de atuação lhes impõe. Em suas considerações as autoras enfatizam que há a presença de aspectos de regulação política nas formações de professores ligados a fatores históricos, sociais,

econômicos e culturais que definem o modelo de formação a ser adotada, bem como as condições de trabalho, porém esse modelo nem sempre atende às necessidades da realidade social escolar.

Marli André (2012), em seu artigo *“Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores”* discute as políticas voltadas aos docentes da educação básica com base em dados coletados em quinze secretarias de educação de estados e municípios brasileiros. Há uma preocupação em muitos estados e municípios com a formação dos seus professores oferecendo uma formação continuada sob a forma de palestras, seminários, oficinas, cursos rápidos ou longos, como forma de apoio aos professores iniciantes. A autora ressalta que não há dúvida da importância do papel do professor no processo de ensino-aprendizagem, contudo, há outros fatores que precisam ser considerados para educação de qualidade, como a forma em que são construídas as políticas de formação de professores iniciantes e as condições de trabalho. Marli André em suas conclusões defende que as propostas das políticas de formação de professores devem estar voltadas para as peculiaridades em que se situam, respeitando os atores envolvidos nelas.

No artigo intitulado *“Políticas de formação de professores: formação inicial”*, de autoria Jacira Helena do Vale Pereira (2013), há um enfoque na constituição dos cursos de formação de professores, considerado um processo complexo e ambíguo, que traz fragilidades e contradições nas políticas que envolvem a formação de professores e o papel social que deveriam exercer na sociedade. Para a autora, as políticas de formação inicial estão na contramão das lutas empreendidas pelos movimentos dos profissionais da educação evidenciando as contradições sociais. Em suas conclusões a autora enfatiza que pensar a formação de professores implica envolver escolas, professores e a sociedade nesse processo.

O artigo intitulado *“A década da educação e as políticas de formação de professores: um convite à reflexão”*, de autoria de Fabiola Andrade Pereira, Maria José de Pinho, Edna Maria da Cruz Pinho (2014), destaca que a formação de professores deve ser entendida numa dimensão social, de modo a dar respostas aos desafios do cotidiano escolar na contemporaneidade. Para as autoras o sentido mais geral das políticas traçadas e executadas na década de 1990 permaneceu nas décadas seguintes, na medida em que, ao precarizar a formação, precarizam-se também as escolas, a universidade, enfim, a própria sociedade. O enraizamento de processos formativos distantes da realidade educacional a longo prazo poderá trazer sérias consequências para a ação educacional, desde a perda da referência da qualidade até a de elementos mínimos nos processos das relações humanas. Assim, há uma necessidade premente de redimensionar a concepção de formação humana relativa às crises no mundo do trabalho e das exigências mercadológicas e economicistas que orientaram as reformas ocorridas na educação brasileira no período estudado.

Os autores Ezequiel Ferreira Barbosa e Maria Cândida Müller (2015), no artigo *“Formação docente: saberes e práticas necessárias para a escola contemporânea”*, buscam refletir sobre a formação do professor e seu papel de agente transformador da sociedade. Para os autores os modelos formativos de professores de cada época necessitam atender às demandas sociais de uma dada sociedade, assim, o professor precisa ser formado para enfrentar os desafios da escola contemporânea. Criticam o fato de que as mudanças propostas pelos governos quanto à formação de professores os colocam como meros

executores dessas mudanças. Os autores afirmam que há uma distância entre o perfil de professor que se forma e o perfil de professor que a realidade precisa, esse distanciamento acaba por afetar os professores iniciantes, culminando no abandono da profissão, por terem passado por um processo de formação que não os preparou para a realidade escolar. Em suas conclusões os autores ressaltam que ainda há muito a ser pensado para a formação de professores engajados que pensem a educação não como uma simples reprodução do conhecimento, mas como meio de transformações sociais.

O artigo *"Alternância nos processos de formação de professores no Brasil"*, de autoria de William Xavier Almeida e Adriana Richid (2018), busca refletir sobre as perspectivas de formação de professores no processo de consolidação da educação no Brasil. Os autores ressaltam a LDB/96 como um marco de grande relevância para a consolidação de uma política de formação de professores no país. Foi a partir da LDB/96, que as regulamentações para a formação de professores elevaram o processo a nível superior, oficialmente referenciada. Os autores reconhecem o potencial da formação de professores quanto a capacidade de interferir nos processos de ensino e aprendizagem na escola, e a importância de uma constituição sólida do profissional docente, pois os processos formativos podem influenciar diretamente as estruturas sociais. Entretanto, ressaltam que os pequenos ajustes nas políticas e modelos de formação são infrutíferos para solucionar os problemas existentes. Em suas conclusões defendem que seja realizada uma revolução nas políticas e nos processos de formação de professores, esclarecendo que não é uma revolução que se reduza apenas a reformas, ajustes, ou mesmo acréscimos, mas um rompimento com as tradições ineficazes e que servem de interesses escusos.

O artigo *"As transformações do trabalho docente: ser professor hoje"*, de autoria de Amanda Cristina Ribeiro e Renan Bandeirantes de Araújo (2018), analisa de forma crítica o perfil social e profissional característico do docente contemporâneo. Para os autores a formação de professores está em sintonia com as mudanças relacionadas às novas configurações do trabalho, que exigiram mudanças estratégicas na formação de professores, e a atividade social assumida pelos docentes adquiriu novas características, visto que a educação passou a ser considerada o principal elemento de desenvolvimento econômico do país, tendência inaugurada a partir da década de 90. Em suas conclusões os autores ressaltam que as condições de trabalho sob a ideologia hegemônica do capital desenvolvem um perfil docente orientado para o atendimento ao mercado de trabalho contemporâneo, condições estas que intensificam a precarização da atuação docente. Os autores pontuam que é necessário um movimento que busque a compreensão dos dilemas atuais da sociedade contemporânea atendendo de fato as novas exigências da prática docente.

Já o artigo *"Políticas de formação de professores no Brasil: desdobramentos e interlocução com diretrizes dos organismos internacionais"*, de autoria de Marilena Gabriel Dalla Corte, Roseane Carneiro Sarturi e Janilse Fernandes Nunes (2018), analisa as políticas de formação de professores no Brasil em seus desdobramentos em consequência das recomendações de organismos internacionais. As autoras afirmam que a partir da década de 1990 as reformas educacionais no Brasil têm assumido a centralidade na formação dos profissionais da educação, inicial e continuada como forma de reestruturação no modelo econômico do país. Para as autoras a lógica das reformulações em nível mundial a partir da década de 1990 está relacionada às demandas do capital mundial. Essa mesma lógica, no Brasil, tem priorizado a elaboração de uma política de formação de professores, com a

finalidade de desencadear a adequação do trabalho docente às novas exigências do mercado e das metas do capital mundial. Os documentos mundiais produzidos pelo Banco Mundial, pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que a qualidade da educação não é possível sem bons professores, contudo, essas reformulações propostas pelos organismos multilaterais certamente interferem nas definições e encaminhamentos das políticas educacionais no Brasil, mas acabam por aprofundar as desigualdades no campo educacional, pois priorizam modelos que não atendem a real necessidade do país. Em suas conclusões salientam que essas orientações aos países, visam estabelecer prioridades educacionais, no entanto, tais orientações não bastam para atender de fato às necessidades formativas dos profissionais da educação. Para as autoras, não basta criar decretos, resoluções, programas para tentar resolver o problema do cenário educacional brasileiro, pois tais ações acabam se esvaziando pelo distanciamento da legislação com o contexto da prática. São necessárias políticas de formação que tenham como alicerce as vivências no contexto social em que se desenvolvem os processos educacionais.

O artigo *"Políticas de formação no Brasil, pós LDB"*, de autoria de Adriana Reis, Marli Eliza Dalmazo Afonso André e Laurizete Ferragut Passos (2020), analisou as políticas de formação de professores a partir da LDB até a Resolução CNE/CP nº 2/2015. As autoras destacam que uma crítica pertinente e corrente sobre as políticas educacionais desenvolvidas o Brasil diz respeito às descontinuidades, sempre a mercê das disposições de grupos políticos, configurando um movimento caro para os brasileiros. Os autores pontuam que não se devem pensar as políticas educacionais sem conceber os contextos em que as quais foram elaboradas, onde e por que deverão ser desenvolvidas, compreendendo os movimentos dos grupos políticos e econômicos que participam dos debates sobre o tema. Denunciam que uma prática comum dos legisladores enquanto orientadores de normas e políticas é o fato de ignorarem as causas reais que permeiam o terreno educacional e, especialmente, as condições de trabalho dos professores. Para as autoras é impossível pensar uma formação desvinculada da realidade social em que estamos inseridos.

No artigo *"Formação de professores e os atuais dilemas da profissão docente: entre a desigualdade social e a reinvenção da profissão"*, de autoria de Silvana Soares de Araújo Mesquita e Giseli Barreto da Cruz (2020), discutem-se os dilemas da profissão docente em tempo de ampliação das desigualdades sociais decorrentes do período da pandemia de Covid 2019. Questiona-se qual o sentido da educação, de escola, de ensino, de papel do professor que estão em voga em um tempo marcado por uma crise social, econômica e política. As autoras salientam que sempre se esperou muito dos professores, e considerando o contexto atual de desigualdade social como no nosso país, essa expectativa é ainda maior. Porém a valorização da profissão docente que estão postas nas políticas de formação, não acompanha a expectativa que se tem sobre ela, cansando desvalorização da profissão. Para as autoras a valorização da profissional docente passa pelo desenvolvimento de políticas educacionais que considerem a formação e o desenvolvimento profissional no âmbito de sua importância para a sociedade, e para isso é necessário que a formação de professor aconteça associada às dimensões afetiva, cognitiva, cultural, política e social dos sujeitos que estão envolvidos no processo educacional.

O artigo *“Educação 2030: Tendências, influências e ausências nas políticas de formação inicial de professor”*, de autoria de Danielle Engel Cansian Cardoso, Romilda Teodora Ens e Thalita Vianna de Lima (2021), procura identificar os atuais dilemas da profissão docente em tempos de ampliação das desigualdades sociais e o contexto do fechamento das escolas em consequência da pandemia. As autoras ressaltam que a educação e a formação de professores no Brasil carregam em seu bojo marcas produzidas pela exclusão social, cultural, econômica e política. Afirmam que a maneira como são compreendidas as necessidades educacionais de uma nação e o grau de importância delas são demandas que estão conectadas aos aspectos políticos, econômicos e sociais do país e do mundo, induzidas, principalmente, pela visão de mundo dos grupos que se encontram no poder em determinado período. É a partir dessa compreensão, de conexão entre a visão de mundo, sobretudo de quem está no poder, e as ações por eles realizadas na área da educação direta ou indiretamente, só nesse movimento é possível entender o modo como a formulação das políticas educacionais brasileiras sofre influências. Em suas conclusões as autoras ratificam a importância de rever a continuidade dessas políticas deformantes, no sentido de adequá-las aos novos paradigmas econômicos, com o objetivo de promover as mudanças almejadas para a educação no país, e consequentemente, para a formação de professores.

As autoras Kátia Augusta Cunhado Pinheiro Cordeiro da Silva e Shirleide Pereira da Silva Cruz (2021), no artigo intitulado *“Projetos em disputa na definição das políticas da formação de professores para a educação básica”*, têm como referência em seu estudo a Base Nacional Comum Curricular da Formação de Professores, com o objetivo de identificar o conteúdo das propostas para a formação de professores. Por meio da análise da conjuntura histórica da constituição das políticas de formação de professores, as autoras destacam que, as exigências do mundo do trabalho capitalista tomam forma na formação de professores na concepção de um projeto hegemônico decorrente das mudanças ocorridas nas relações sociais e no trabalho, que são definidas em cada momento histórico. Para elas a Base Comum Nacional simboliza um movimento para a construção de um projeto contra hegemônico, uma vez que objetiva propor um projeto de formação de professores numa perspectiva crítico-emancipadora. Porém, a análise do seu conteúdo denuncia que aponta para um projeto de formação de professores sob uma perspectiva neotecnicista, representando um retrocesso. Em suas conclusões defendem a necessidade de movimentos de luta da sociedade civil em prol do desenvolvimento de políticas de formação que contemplem um perfil profissional docente comprometido com as transformações sociais. Para que isso seja possível é preciso construir um projeto contra hegemônicos, que por ora podem ser considerados hegemônicos no contexto histórico dessas lutas.

Conclusões: temáticas emergentes dos artigos analisados

A partir da leitura dos 14 artigos encontrados nas pesquisas realizadas no Portal de Periódicos da CAPES e do Google Acadêmico, foi possível elencar três grandes categorias que norteiam as pesquisas na área de formação de professores: contextos de implementação das políticas de formação de professores; perfil docente presente nas políticas de formação de professores e; dilemas sociais das políticas de formação de professores.

Um dos pontos mais comuns nos artigos analisados é o contexto em que se constituem as políticas de formação de professores, a compreensão de que os processos históricos, sociais, econômicos e culturais determinam o modelo de formação a ser adotado em cada época da sociedade insere-se nos estudos sobre a formação de professores iniciantes como essencial para a compreensão do cenário educacional atual.

As análises dos estudos sobre contextos históricos em que se desenvolveram as políticas de formação de professores iniciantes nos permitem perceber que esse processo de formação é permeado por concepções político-ideológicas dos governos em cada período da história do país. Um ideal em comum acompanhou todo esse processo, o fato de a sociedade capitalista determinar as novas configurações do trabalho, impôs em todas as épocas a redução da docência aos princípios neoliberais, e, portanto, a margem da realidade das transformações sociais que a formação de professores poderia contemplar.

As mudanças ocorridas, sobretudo, a partir da década de 1990 do Século XX, na busca por atender às novas demandas da sociedade, resultaram em novas regulações das políticas de formação de professores, mas sem de fato prover soluções para o quadro educacional, quadro esse de crise desde aquela época. Conforme esclarece Freitas (2018) a situação do magistério evidencia ainda hoje as condições de há 30 anos, necessitando de transformações urgentes no quadro educacional, em especial no campo das políticas de formação de professores.

Embora, a formação de professores tenha ganhado relevâncias nas políticas educacionais no país, sobretudo, a partir da promulgação da LDB/1996, reconhecendo o professor com o principal agente dos processos educacionais, esse perfil de professor parece estar somente nas políticas, distanciando-se da realidade dos contextos educacionais.

O perfil docente preconizado nas políticas educacionais visa atender aos interesses econômicos pautados pelo ideal de um mundo neoliberalista, uma vez que essas políticas são construídas com a participação de organizações internacionais como Banco Mundial, pela Unesco e a OCDE, e tais organizações pensam a educação como um modo de adaptação o mercado, portanto, o profissional docente é visto como um prestador de serviços, e as orientações políticas geradas a partir dessas organizações reduzem a formação a mero treino de habilidade e competências (PIMENTA; LIMA, 2010).

Diante desse cenário de formação de professores com um perfil que não contempla a realidade da escola, é perceptível o desinteresse dos professores iniciantes, que muitas vezes, abandonam a profissão, pois em muitos casos, a graduação em licenciatura, não oferece uma base suficiente como suporte para a atuação do professor (GATTI, 2019).

Nesse contexto, ressalta-se a importância dos movimentos de lutas em favor de um perfil docente que tenha o compromisso com o papel social da educação, que é transformar realidades, para nela intervir recriando-a (FREIRE, 2010).

Um dos maiores dilemas das políticas de formação é o fato de em sua composição não levar em conta a realidade educacional e, nem a participação dos que vivem essa realidade na constituição de tais políticas.

Em todas as transformações sociais emergiram-se necessidades de mudanças nas formas de ensinar, portanto, na formação de professores, porém, essas mudanças

aconteceram de maneiras descontínuas ou distantes do que de fato deveriam contemplar, não provocando mudanças favoráveis para a redução das desigualdades sociais.

Portanto, pensar as políticas de formação de professores iniciantes, requer pensar além das normalizações, pensar os contextos em que estes irão atuar, considerando toda a complexidade da tarefa de ensinar e os desafios que ela lhes coloca no exercício da docência. Este estudo da arte nos permite dizer que ainda são necessários novos estudos e novos debates na construção de políticas de formação que tenha por características a redução das desigualdades sociais entre as políticas de formação e a realidade educacional, é necessário um movimento de luta contra o poder hegemônico que tem ditado há anos os modelos de formação a serem contemplados nas políticas educacionais em nosso país e que tem por finalidade interesses escusos, não permitindo o desenvolvimento de uma educação realmente transformadora da realidade social.

Referências

ALMEIDA, William Xavier de; RICHIT, Adriana. Alternâncias nos processos e políticas de formação de professores no Brasil. **Com a Palavra, O Professor**, Vitória da Conquista, BA, v. 3 n. 5, p. 60-80. 2018. Disponível em: <http://revista.geem.mat.br/index.php/CPP/about/contact>. Acesso em: 10 set. 2022.

ANDRÉ, Marli. Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores. **Educar em revista**, Curitiba, PR, n. 50, p. 35-49, out./dez. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/34742/21528>. Acesso em: 10 set. 2022.

BARBOSA, Ezequiel Ferreira; MÜLER, Maria Cândida. Formação docente: saberes e práticas necessárias para a escola contemporânea. **Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação**, Brasília, DF, v. 31, n. 3, p. 587-606, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/55347>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm. Acesso em: 02 set, 2021.

CORTE, Marilene Gabriel Dallas; SARTURI, Roseane Carneiro; NUNES, Janilse Fernandes. Políticas de formação de professores no Brasil: desdobramentos e interlocução com diretrizes dos organismos internacionais. **Roteiro**, Joaçaba, SC, v. 43, n. 1, p. 87-114, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/13094>. Acesso em: 05 out. 2022.

ENS, Romilda Teodora; VAZ, Fabiana Andréa Barbosa. Políticas de formação de professores no Brasil: caminhos do curso de pedagogia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 43, p. 143-158, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639934>. Acesso em: 10 out. 2022.

ENS, Romilda Teodora; GISI, Maria Lourdes, EYNG; Ana Maria, DONATO, Sueli Pereira. Políticas educacionais, regulação educativa e trabalho docente: representações sociais de professores iniciantes. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro, RJ. Vol 10, n. 22, 2013. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/720>. Acesso em: 08 set. 2022.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. 30 Anos da Constituição Avanços e retrocessos na formação de professores. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 24, p. 511-527, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/912>. Acesso em 01 set, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GATTI, Bernadete Angelina; et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília, UNESCO, 2019.

GENTIL, Heloisa Salles; COSTA, Marilda de Oliveira. Continuidades e descontinuidades nas políticas de formação de professores e suas implicação na prática pedagógica. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 20, n. 43, p. 267-287, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br>. Acesso em: 05 set, 2022.

MESQUITA, Silvana Soares de Araújo; CRUZ, Giseli Barreto da. Formação de professores e os atuais dilemas da profissão docente: entre a desigualdade social e a reinvenção da profissão. **Educação online**, Rio de Janeiro – RJ, v. 15, n. 34, 2020. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/about/contact>. Acesso em: 14 out. 2022.

RABELO, A.; MONTEIRO, A. M. Apresentação da sessão temática: Indução profissional: desafios e experiências entre formação e profissão docente. **Currículo sem fronteiras**, v. 19, p. 5-22, 2019.

REIS, Adriana; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de.; PASSOS, Laurizete Ferragut. Políticas de Formação de Professores no Brasil, pós LDB 9.394/96. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, Belo Horizonte, MG, v. 12, n. 23, p. 33–52, 2020. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/289>. Acesso em: 12 out. 2022.

RIBEIRO, Amanda Cristina ; ARAÚJO, Renan Bandeirantes de. As transformações do trabalho docente: ser professor hoje. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 13, n. 2, p. 407–424, 2017.. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10296>. Acesso em: 12 out. 2022.

PEREIRA, Fabiola Andrade; DE PINHO, Maria José; DA CRUZ PINHO, Edna Maria. A década da educação e as políticas de formação de professores: um convite à reflexão. **Revista**

Temas em Educação, João Pessoa, PB, v. 23, n. 1, p. 104 –115, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18786>. Acesso em: 03 out. 2022.

PEREIRA, Jacira Helena do Vale. Políticas de formação de professores: formação inicial. **Revista Interfaces da educação**, Paranaíba, MS, v. 4, n. 11, p. 27–40, 2013. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/526>. Acesso em: 06 set. 2022.

SILVA, Kátia Augusta Cunhado Pinheiro Cordeiro da; CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. Projetos em disputa na definição das políticas da formação de professores para a educação básica. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – BA, v. 17, n. 46, p. 89-104, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8918>. Acesso em: 02 out. 2022.

Submetido em: 31/10/2022

Aprovado em: 30/12/2022



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)